

CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ

Secretaria de Apoio Legislativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 269 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL

PUBLICADA NA GAZETA MUNICIPAL Nº 1090(SUPLEMENTO) DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

ALTERA O ARTIGO 244, § 16 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 043/97 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, PARA ESTABELECE CRITÉRIOS PARA BASE DE CÁLCULO DO ISSQN DE PLANOS DE SAÚDE OPERADOS POR COOPERATIVAS DE TRABALHO.

O Prefeito Municipal de Cuiabá-MT, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o § 16 do Art. 244 da Lei Complementar nº 043, de 23 dezembro de 1997 – Código Tributário do Município de Cuiabá, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 244 (...)

(...)

§ 16 Não se inclui na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre Cooperativa de trabalho da área da saúde, o valor correspondente aos atos cooperativos principais, aqueles que atendem ao objetivo profícuo da cooperativa, realizados entre ela e seus cooperados e os atos auxiliares ou complementares, aqueles envolvidos na atividade meio, fundamentais para a realização dos atos principais, tais como convênios com hospitais, laboratórios clínicos e outros. Não se inclui também na base de cálculo:

I – exclusão dos valores glosados em faturas emitidas;

II – dedução dos valores das co-responsabilidades cedidas, relativo a importâncias recebidas a título de convênio com outras operadoras de planos de assistência à saúde;

III – dedução das contraprestações pecuniárias destinadas à constituição de provisões técnicas;

IV - dedução da parcela das sobras apuradas na Demonstração do Resultado do Exercício, destinadas à constituição do Fundo de Reserva e do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), previstos no art. 28 da Lei 5.764, de 1971;

V- dedução dos valores referente às indenizações correspondentes aos eventos ocorridos, deduzido das importâncias recebidas a título de transferência de responsabilidade:

a) Eventos ocorridos: são os custos assistenciais decorrentes da utilização, pelos beneficiários, da cobertura oferecida pelos planos de saúde, tais como consultas médicas/odontológicas, exames laboratoriais, hospitalização, terapias etc. que estejam diretamente ligados ao ato assistencial.

b) Importâncias recebidas a título de transferência de responsabilidades: são os valores de repasse recebidos a título de transferência de responsabilidade, ou seja, os valores recuperados de eventos em decorrência do compartilhamento de risco.” (NR)

Art. 2º As disposições contidas no artigo 1º desta Lei Complementar, retroagem aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2001.

Art. 3º Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, em Cuiabá-MT, 05 de dezembro de 2011.

FRANCISCO BELLO GALINDO FILHO
PREFEITO MUNICIPAL